

A FRONTEIRA AMAZÔNICA NO GOVERNO VARGAS

Campanha da borracha e mobilização de trabalhadores

María Verónica Secreto *

Em linhas gerais, a história da exploração da borracha é conhecida. A borracha estava, desde o fim do século XIX, destinada a transformar-se em um item importante das exportações brasileiras dado o crescimento da produção de veículos com motores de combustão interna que revolucionou a indústria no século XX.

A seringueira, árvore de cujo látex se faz a borracha, é originária da região amazônica. Sendo a borracha um produto extrativo, sua exploração apresentava limites, dentre os quais destaca-se o recrutamento da mão-de-obra. Isso condicionava a oferta da borracha que não conseguia acompanhar a crescente demanda. A partir do final do século XIX, mais precisamente no ano de 1892, verificase a tentativa, por parte de Henry Wickham, de se fazer frente a este problema através do contrabando de algumas mudas da *hevea brasiliensis* para a Grã Bretanha. No Kew Garden, Jardim Botânico de Londres, foi aclimatada e dali transferida para as possessões britânicas no Ceilão e para as possessões holandesas em Java,

lugares onde foi cultivada de forma sistemática.

Segundo Celso Furtado, podemos desdobrar a produção da borracha em duas etapas: a primeira, desenvolvida inteiramente dentro do território amazônico, representou uma solução de emergência ao problema da oferta e caracterizou-se pelos preços crescentes, que atingiram um patamar médio de 512 libras a tonelada; a segunda, que incorporou a produção do Oriente, organizada em bases racionais, conseguiu regularizar o fornecimento do produto ao mercado a partir da Primeira Guerra Mundial e caracterizou-se pela redução dos preços a algo inferior a cem libras a tonelada. (Furtado, 1979:130).

HENRY FORD E SUA FORDLÂNDIA EM TERRAS AMAZÔNICAS

No período entre guerras, Henry Ford teceu a idéia de produzir, ele mesmo, borracha de forma racional e sistemática no território amazônico. Se a empresa iniciada por Henry Wickham, em 1892, conseguira

baratear a produção da borracha a um custo inferior a cem libras a tonelada, Ford cogitava abastecer suas indústrias por muito menos.

A “espionagem agrícola” de Henry Wickham levou a seringueira para o Ceilão, Malásia e Java, prévia experiência de aclimação. Processo que acontecia com todas as espécies vegetais que eram transportadas de seus lugares de origem a outros. Lembremos que o produto de maior exportação brasileira do século XIX, o café, também teve que ser aclimatado. Originário da Etiópia, passou para a Holanda onde foi aclimatado no Jardim Botânico, de lá foi para França, e desta para suas possessões americanas. Segundo a tradição, em 1726 o Sargento Maior Francisco de Melo Palheta foi enviado do Maranhão para a Guiana Francesa. Desta viagem retornou ao Pará com algumas sementes e mudas, apesar da proibição expressa que havia, dando-se assim início ao cultivo do café no Brasil.

Henry Ford queria não depender mais dos preços que os ingleses e holandeses estipulavam. Se a iniciativa

de Wickham tinha dado lugar à maior plantação de borracha do mundo, o que não poderia fazer ele no lugar onde a planta era autóctone? Foi baseado nessa idéia que solicitou ao governo brasileiro terras no Tapajós para sua empresa agrícola. Este lugar, e não outro da região amazônica, foi escolhido porque tinha sido aí que Wickham colheu as famosas mudas. (Moog, 1978: 18)

Vianna Moog comenta que a cidade construída no Pará foi, na realidade, montada, pois tudo (casas, hospitais, cafeterias, *drugstores*, areia para as quadras de tênis, serraria, etc.) foi transportado dos Estados Unidos. Ford não somente cultivaria sistematicamente a borracha, mas também o faria da forma americana de fazer as coisas. (Moog, 1978:18-19).

Quando a empresa começou a demonstrar algum sucesso, isto é, após terem sido plantadas um milhão de mudas e estas, transcorridos dois anos, terem dado sinais de grande vitalidade, já não havia dúvidas de que a empresa seria bem sucedida.

Do ponto de vista social, o modelo também se apresentava como exemplar: os “caboclos” que trabalhavam para Ford, em número de três mil, aproximadamente, tinham casa com até três quartos, água encanada, hospital e recebiam pagamento de dez a vinte vezes superior ao que costumavam pagar os coronéis do lugar. Não obstante tudo isso, um motim explodiu ao grito de “*Abaixo o espinafre!*” (Moog, 1978: 18-21). Não vamos analisar aqui a natureza desse motim, mas é bom lembrar as afirmações de João Reis e Márcia Aguiar. Estes autores salientam que as chamadas “revoltas da fome” demonstram que não se pode estabelecer uma relação direta entre revolta e fome, pois “alguns episódios de *food riots* tiveram lugar em épocas de relativa abundância alimentar,

associados a um temor dos consumidores quanto à permanência da bonança”. (Reis & Aguiar, 1996: 134) Ou, como no complexo caso da Fordlândia, em que os trabalhadores se revoltaram contra uma série de imposições advindas da “forma americana de vida”, que envolvia, por parte dos trabalhadores, desde a rejeição ao espinafre até a rejeição da casa quente construída sobre o chão e não sobre palafitas.

E, para colmar a situação de caos na Fordlândia, o milhão de seringueiras plantadas definhava ao sol. Qual era o problema? A seringueira, na Amazônia, cresce de forma natural entre outras árvores, sob suas sombras. Às árvores de Ford estava faltando sombra e umidade. O resultado não podia ser outro, em 1946 Ford se retirou do Brasil. Cite-se, ainda, que a partir de 1944 passou a existir a borracha sintética e que, desde 1942, os Acordos de Washington - firmados durante o Estado Novo com os Estados Unidos - previam o incremento da produção de borracha no velho esquema: atividade extrativa, com recrutamento de mão-de-obra e péssimas condições de trabalho. Entre as instituições criadas pelo Estado Novo para resolver este problema podemos destacar o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia.

Estabeleceu-se uma relação, no mínimo, peculiar entre o regime do Estado Novo e os trabalhadores nordestinos engajados para a região amazônica para a exploração da borracha, trabalhadores que foram conhecidos como “soldados para a borracha”, uma referência à conjuntura bélica na qual se encaixava esta política.

VARGAS E OS SERTÕES

Para alguns autores, a Revolução

de 1930 significou o rompimento com o ordenamento que privilegiava a política agrário-exportadora. O sucesso do modelo econômico e de desenvolvimento através da substituição de importações dependia do alargamento do mercado interno. Este garantiria o desenvolvimento econômico e permitiria romper com a dependência das flutuações do mercado internacional. Condenava-se, assim, o predomínio da política agrário-exportadora. Para o bom sucesso deste plano seria necessária a intervenção do Estado em matéria de: infra-estrutura viária e mercado de trabalho, e, no caso específico aqui analisado, também o incentivo à mobilidade da fronteira, incorporando amplos “espaços vazios”, bem como reunindo os diversos núcleos demográficos isolados: “*Assumindo assim a ideologia da fronteira ou bandeirantismo, de suma importância na tática governamental.*” (Linhares & Silva, 1999:103-109, grifo nosso).

O campo deveria atender às necessidades que a nova regulação econômica exigia. Planejou-se uma ampla base urbana e fabril: “*a partir das cidades conquistar o campo*”. Linhares & Silva falam em uma *incorporação imaginária* do trabalhador rural. A opção por este tipo de incorporação deveu-se à impossibilidade de fazê-lo nos mesmos moldes do urbano. Esta impossibilidade esteve marcada pelas implicâncias políticas que significaria abrir uma duplo frente: organizar o trabalho fabril e libertar o trabalhador rural do plantacionismo.

Essa incorporação imaginária mobilizou um grande número de intelectuais e artistas populares: sambas, poesias, romances, ensaios, pinturas foram produzidas durante o período. Produções que retratavam o homem de campo, o retirante, o lavrador. A imagem do campo como

sinônimo de atraso, típico da República Velha, deixava lugar a outras representações. Não todos os que trabalharam nesta linha foram intelectuais orgânicos, alguns já vinham trabalhando nesse sentido, como Tarsila do Amaral ou Portinari, para mencionar dois artistas muito conhecidos da década de 1920.

A PROPAGANDA DO VARGUISMO

Falamos, acima, em incorporação imaginária de um setor da sociedade, dos sertanejos ou dos trabalhadores rurais, e para abordar esta, como outras dimensões da construção da nação, devemos entrar num tema crucial para o Estado Novo: a propaganda.

A propaganda política vale-se de idéias e conceitos transformados em imagens e símbolos. A principal referência da propaganda é trabalhar com elementos de ordem emocional. “Neste sentido, onde política e cultura se mesclam com idéias, imagens e símbolos, define-se o objeto propaganda política como um estudo de representações políticas” (Capelato, 1998: 36). Esta perspectiva, diz Capelato, relaciona-se com o estudo dos imaginários sociais.

Durante o primeiro governo Vargas surgiram os primeiros órgãos de propaganda oficial, cuja finalidade também envolvia controle e repressão às idéias contrárias, mas foi com o Estado Novo que surgiu o DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão vinculado diretamente à Presidência da República, que não só se ocupava do controle e repressão, isto é, a censura, mas também da difusão e divulgação das mensagens propagandistas. Em 1940, o DIP teve seu poder ampliado com a instalação, em todos os estados, de um Departamento Estadual de

Imprensa e Propaganda – DEIP.

Exemplo claro de difusão ideológica foi a criação da revista *Cultura Política - Revista Mensal de Estudos Brasileiros* - responsável pela produção do discurso do Estado Novo. Dentre as idéias veiculadas através da revista, encontramos a da *Marcha para Oeste*, cujo maior ideólogo foi Cassiano Ricardo, mas que não esteve sozinho nesta tarefa, contando com um grupo heterogêneo de colaborações: Péricles Melo Carvalho, Nelson Werneck Sodré, Ademar Vidal, Herberto Sales, etc.

Como dissemos a propaganda política trabalha com idéias e conceitos transformados em símbolos e imagens. Um destes conceitos/símbolos utilizados pelo Estado Novo foi o da bandeira e o bandeirismo. A bandeira, na versão de Ricardo, esteve adormecida entre seu período de ouro e o século XIX, quando reviveu com o café e, no século XX, com o Estado Novo, que encarnava o espírito da bandeira, e com Getúlio Vargas, o líder bandeirante. A bandeira, afirmava Cassiano Ricardo, permitia o reencontro do Brasil consigo mesmo ou, do Estado com as evidências bio-democráticas. O novo regime, o Estado Novo, teria parentesco com o grupo social histórico da conquista e com o caminho iniciado por esses, embora em forma muito rudimentar. (Ricardo, 1970:479).

Segundo Alcir Lenharo existe uma dualidade esquizofrênica na forma de percepção do Estado Novo sobre a relação campo/cidade. O sertão é tomado como reserva de brasilidade, onde se encontra a reserva moral do país, enquanto o litoral, ou as cidades, apresentam-se estandardizadas, mancomunadas com o capitalismo internacional e submetidas a sua influência dissolvente. O ato de marchar para Oeste implica não só a trajetória da regeneração, do encontro

com a pureza, com a “reserva moral”, mas também da marcha do litoral, da Nação, voraz, que levará até o sertão a civilização material e cultural. (Lenharo, 1986:72)

Mas essa esquizofrenia de que fala Lenharo, ou melhor, essa dualidade litoral/sertão, não aparece por primeira vez com Cassiano Ricardo. “A divisão natural do Brasil em litoral e sertão dá origem a uma tese de longa persistência, a de “dois Brasis”, reafirmada com intensidade pelos integralistas dos anos 20 e 30, quando opõem o Brasil litorâneo, formal, caricatura letrada e burguesa da Europa litoral, e o Brasil sertanejo, real, pobre, analfabeto e inculto”. Esta mesma divisão reaparece nas imagens do “oeste” e do “centro”, formuladas politicamente durante o Estado Novo, diz Marilena Chauí. (2000:67-68)

A teoria de Ricardo sobre as bandeiras, sobre o destino bandeirante do brasileiro, sobre a reserva de capital moral que representava o oeste, sobre o profundo sentido da brasilidade, os “dois Brasis”, ou a dualidade costa/oeste já tinha uma trajetória consolidada nas construções intelectuais e formava parte do imaginário ou, dito de outra forma, do senso comum.

Através da história o Estado pode mobilizar um povo que compartilha um passado, em que tempo e território têm um papel fundamental. Havia um erro nas origens das elites políticas no tratamento dos tempos e do espaço, o que estava sendo remediado pelo Estado Novo. (Gomes:1996:141)

A CAMPANHA DE RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES NORDESTINOS: OS SOLDADOS DA BORRACHA

A ocupação da Malásia pelo Japão

colocou os aliados em graves problemas para a provisão de borracha, tanto para a indústria bélica como para a destinada ao consumo civil. A política pró-aliada de Osvaldo Aranha cristalizou-se nos Acordos de Washington pelos quais, entre outras coisas, o Brasil se comprometia a fornecer um máximo de borracha num mínimo de tempo. Para atingir este fim era imprescindível recrutar grande número de trabalhadores.

A propaganda para mobilizar os trabalhadores para a Amazônia teve duas dimensões: uma nacional e outra local. Na dimensão nacional a batalha pela borracha se encaixava no programa *Marcha para Oeste*. Na revista *Cultura Política* podemos ver alguns argumentos importantes para a criação de consenso nacional sobre a expansão das fronteiras internas. Em 1941 Carvalho dizia: “Quem examinar o panorama que nosso país oferece no momento (...) vê, com pesar, que durante longos anos se processou no país o inverso do objetivo colonizador da população rural para as cidades litorâneas do leste”. (Carvalho, 1941:15). Explicava este movimento da população reconhecendo que os trabalhadores rurais estavam privados do “progresso dos operários das cidades do litoral”. A legislação social, continuava, só poderia ter começado nos centros urbanos para avançar nas esferas rurais em um momento posterior. Carvalho salientava a importância do Departamento Nacional de Imigração na tarefa de encaminhar os trabalhadores rurais para lugares onde sua falta se fazia sentir “no seu respectivo habitat”. Com o movimento de internalização dos trabalhadores buscava-se afastar as tensões sociais no campo. Carvalho lembrava que no ano anterior, 1940, o DNI tinha encaminhado 8 mil trabalhadores nordestinos para os

seringais do Alto Amazonas e do Território do Acre, e isto, antes dos acordos de Washington. Com isso, criava-se a ilusão de que se tratava de um programa geral de colonização de um território vazio e não de uma estratégia providenciar mão-de-obra barata para a elite agrária amazônica. (Guillen, 2002: 73 e 79)

Na esfera local, a emigração de nordestinos para a Amazônia era uma questão que contava com uma longa tradição e alguns debates. Um dos destinos mais procurados pelos nordestinos nos períodos de seca, mas não apenas nestes, era o Norte, especialmente os estados do Pará e do Amazonas. (Secreto, 2003). A propaganda para recrutar trabalhadores explorou algumas idéias do imaginário, desejos e emoções, através de símbolos e de um discurso direto e apelativo.

O Serviço Especial de Mobilização Trabalhadores recrutou trabalhadores no Nordeste brasileiro para encaminhá-los rumo à Amazônia. Na mobilização de trabalhadores, alguns elementos míticos das representações sociais e ambientais desempenharam um papel fundamental. Aproximadamente 50 mil nordestinos foram contratados para trabalhar como seringueiros, dos quais estima-se que 20 mil morreram em consequência da malária, da febre amarela e das condições de trabalho.

CARTAZES E OUTRAS PEÇAS DE PROPAGANDA

Em artigo recente, Carlo Ginzburg analisa um cartaz famoso que todos já vimos alguma vez na sua versão original ou, nas imitações que correram o mundo. Durante a Primeira Guerra Mundial, Lord Kitchener, secretário de guerra de sua majestade britânica, realizou um chamado às armas



Domínio Público



Domínio Público

mediante um cartaz que teve como resposta um alistamento voluntário sem precedentes. No cartaz aparecia Lord Kitchener numa perspectiva que deixava seu dedo gigante num primeiro plano apontando ao espectador. Trata-se, segundo Ginzburg, de um dos cartazes mais eficazes da história, prova disso foi a adaptação feita pelos EE.UU. e pela URSS, em que apareciam Tio Sam e Trotsky, respectivamente. (Ver imagens 1 e 2).

A imagem no cartaz britânico era acompanhada por estas palavras: *Teu rei e teu pais te necessitam*, ou *Kitchener quer mais homens*, *Quero você*, etc. “A representação da autoridade atuou como a própria autoridade”. A que se deveu o sucesso, pergunta-se Ginzburg, ou melhor, a que se deveu sua eficácia? Ginzburg constrói a resposta através do conceito de “fórmula de emoção” de Warburg. Não entraremos aqui nos detalhes da análise, mas é importante salientar que para um cartaz deste tipo, de recrutamento de homens, tenha sucesso, ele deve comover, deve despertar anseios ou apelar moralmente, deve acordar antigas emoções.

O pintor suíço Jean Pierre Chabloz que nasceu em 1910 e que emigrou para o Rio de Janeiro em 1940, foi o encarregado de realizar a propaganda oficial do SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia). Depois de uma residência de quase três anos no Rio de Janeiro, fixou-se em Fortaleza, encarregando-se, imediatamente, de criar os cartazes e outros materiais de incentivo ao alistamento dos que passaram a ser chamados de “soldados da borracha”.

Diz Abraham Moles que o cartaz constrói, sobre a base da simplificação necessária, um novo quadro de símbolos pertencentes à nossa cultura. As faces coradas da criança de boa saúde, a transparência da água mineral, etc., são símbolos elementares aceitos por todos. São símbolos “axiomaticamente evidentes, com conotações estereotipadas, que vão constituir-se em uma linguagem simbólica das imagens”. (Moles, 1974:25)

Uma das preocupações do Estado Novo, manifestada através de sua campanha *Marcha para Oeste*, era a do movimento migratório dos sertões

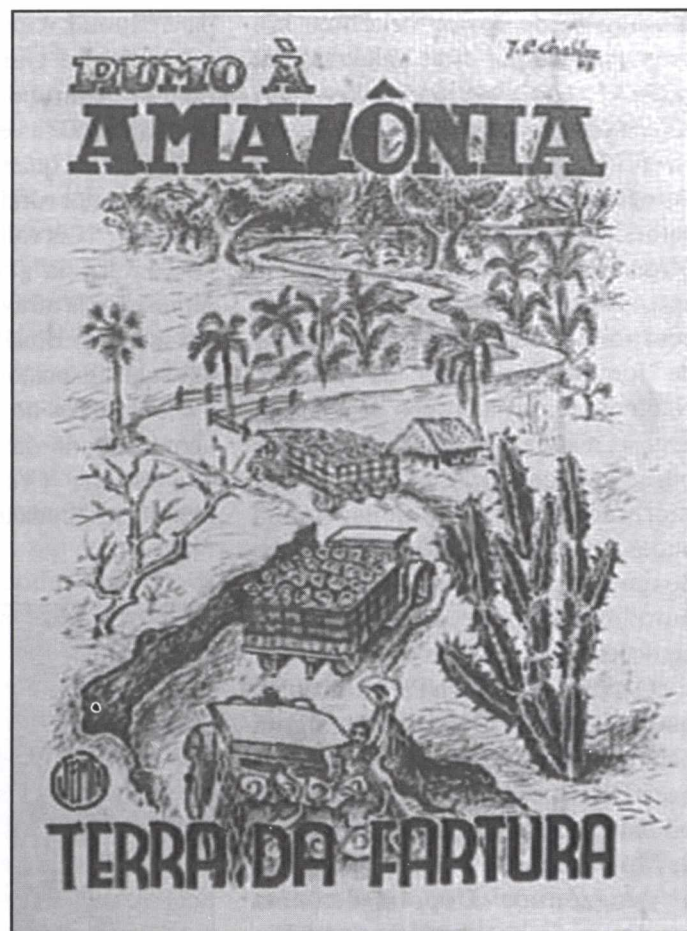
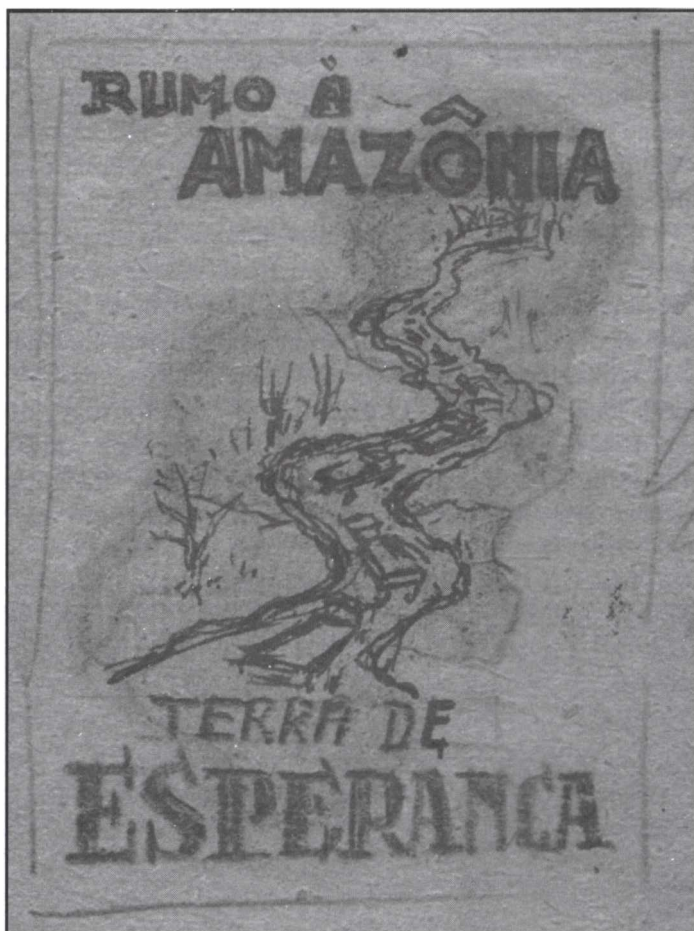
para o litoral, expressa claramente nas palavras de Carvalho: “Corrente migratória dirigida no sentido inverso da marcha que a verdadeira civilização indicava”, ou quando diz: “encaminhar o trabalhador rural para seu respectivo ‘habitat’.” (Carvalho, 1941:18-20). Na conjuntura da guerra, esta idéia foi representada através de uma imagem: um mapa do Brasil, onde se observam soldados dispostos ao longo do litoral e seringueiros no interior amazônico, acompanhado da frase: *Cada um no seu lugar!* (Ver imagem 3). A mensagem “cada um no seu lugar” não

está falando somente da conjuntura específica do momento – soldados na defesa do litoral e seringueiros nas florestas extraindo látex – mas reporta-se a uma realidade mais ampla, qual seja, do lugar dos homens do litoral e do lugar dos homens do sertão, do lugar dos homens da cidade e do lugar dos do campo. Está dizendo que no Brasil de Vargas cada um tem um lugar e era desejável que isto fosse assim!

Podemos nos aproximar do processo criativo de Chabloz através do bosquejo do cartaz *Rumo à Amazônia*. É evidente que ele quer

Desenho de Chabloz / Museu de Arte da UFC - escaneado por N. O. Ferreras





Desenhos de Chabloz / Museu de Arte da UFC - escaneados por N. O. Ferreras

explorar o seqüidão da paisagem nordestina, contrapondo-a à uberidade amazônica. A migração se apresenta, nesta representação, como um percurso entre dois pontos: um seco, de formações vegetais tortuosas e com espinhos e outro, verde e frondoso. Se a secura é a pobreza, a umidade é a riqueza, por isso, a *esperança* se transforma em certeza, em *fartura*. (Ver imagem 4). Neste caso, está-se explorando uma série de elementos que formam parte do imaginário do sertanejo; de fato, entre 1872 e 1900, segundo Furtado, 500 mil nordestinos se mobilizaram para a região amazônica (Furtado, 1979:121) e o fizeram em grande medida com a ilusão de enriquecer na terra da *fartura*. Mas não só o elemento de atração é importante nesta representação, também o é o fator de expulsão - a

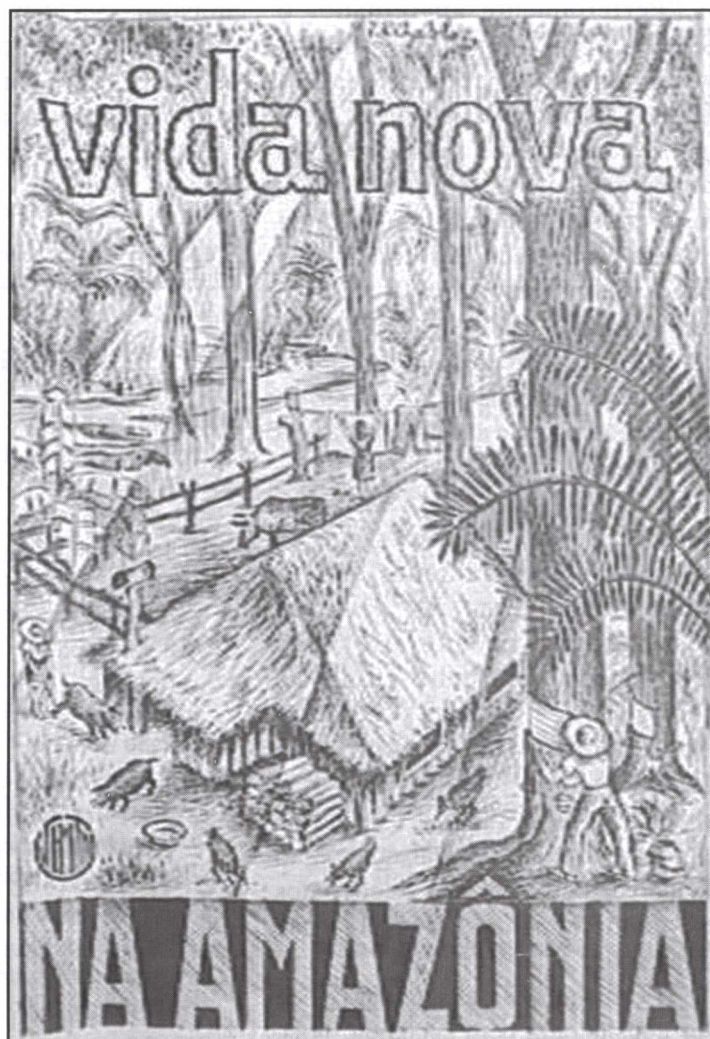
secura. A uberidade amazônica cumpre a mesma função que as “faces coradas da criança de boa saúde”.

Enquanto grupos de trabalhadores vão para a Amazônia, e na seqüência que vínhamos analisando, para a fartura, o espectador do cartaz é o espectador da cena ilustrada por Chabloz que vê passar os caminhões, para ambos é a frase: *vai também para a Amazônia protegido pelo SEMTA*. O espectador da representação de Chabloz é um caboclo de pés no chão, um homem forte que está sem fazer nada, que está em condições de ser um trabalhador recrutado e “protegido” pelo SEMTA. Devemos destacar que os trabalhadores encaminhados eram selecionados através de exames médicos. (Ver imagem 5).

Uma imagem idílica da floresta amazônica começou a surgir dos

cartazes de Chabloz. Num deles, *Vida Nova na Amazônia*, a exploração de borracha aparece como uma atividade de “fundo de quintal”. Toda a cena é idílica e indica fartura: casa, lenha, porcos, galinhas, boi, e para completar o quadro, uma mulher pendurando roupas brancas no varal. Inclusive a densa floresta amazônica não é tão fechada e deixa passar alguns raios de sol. (Ver imagem 6).

O trabalhador recrutado recebia um enxoval composto por uma calça de mescla azul, blusa de morim branco, chapéu de palha, um par de alparcatas de rabicho, uma caneca, um prato fundo, colher e garfo, uma rede e um saco de estopa. Este enxoval foi desenhado por Chabloz e anunciado com as seguintes palavras: *Equipamento de viagem fornecido pelo SEMTA*. (Ver imagem 7). Assim



Desenhos de Chablos / Museu de Arte da UFC - escaneados por N. O. Ferreras

como o soldado tinha sua indumentária, também a tinha o trabalhador “protegido e conduzido” pelo SEMTA. No desenho aparecem nove itens. Observe-se que Chabloz escolheu esta representação, das peças soltas, e não a de um trabalhador vestindo e carregando seu equipamento porque esta última seria mais sintética. No cartaz o equipamento aparece como um grande conjunto de coisas.

“Perfeitamente aparelhado, o SEMTA alista, transporta, hospeda, veste, alimenta, ampara, trata e defende, por todos os meios, o homem que se entrega aos seus cuidados, afim de prepará-lo para o trabalho – sadio, forte, produtivo”, dizia um texto da extensa propaganda de recrutamento. Era o que mais se parecia a “direitos trabalhistas”. Também existia um contrato, mas este não era cumprido. “Para a elite amazônica, o contrato de trabalho apregoado não passava de um instrumento de propaganda” (Guillen, 2002: 79). O Decreto-Lei 4.841 de 17 de Outubro de 1942 outorgava ao seringueiro alguns direitos que, se comparados com as práticas costumeiras imemoriais, não representava verdadeiro avanço: o seringueiro podia cultivar mantimentos em torno do abarracamento, colher produtos silvestres e caçar. Também estabelecia a proporção da distribuição do produto líquido da borracha. Mas os contratos existiram e isso fez, de alguma forma, diferença.

A campanha de alistamento pode ser considerada bem sucedida, pois, como dissemos, 50 mil trabalhadores foram encaminhados para os seringais; mas, do ponto de vista social, foi um fracasso, visto que, aproximadamente, 20 mil não voltaram. Provavelmente morreram vítimas de doenças, da má alimentação e dos maus tratos dos patrões.

Os trabalhadores rurais permaneceram excluídos das leis trabalhistas, mas não do discurso oficial. Linhares e Silva afirmam que, a inclusão simbólica dos trabalhadores rurais, desde o início da Revolução de 30, representa peça-chave da desestruturação do plantacionismo, por um lado e, por outro, da articulação da nova regulação econômica. (Linhares & Silva, 1999: 109). Mas também forma parte de uma justificativa propagandista com objetivos claros e utilitaristas: mais borracha em menos tempo! E, “Cada um no seu lugar!” foi a forma encontrada para manter as diferenças entre os trabalhadores urbanos e rurais.

* *María Verónica Secreto é do Dpto. de História da Universidade Federal do Ceará.*

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, Péricles Mello
(1941) “A concretização da ‘Marcha para o Oeste’”. In: *Cultura Política*, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 8, Out.
- CHABLOZ, Jean Pierre
(2003) *1910-1984 - Pinturas e Desenhos*. Edições Pinakothek.
- CHAUÍ, Marilena
(2000) *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Perseu Abramo.
- CAPELATO, Maria Helena
(1998) *Multidões em cena – Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus.
- FERREIRA, Jorge Luiz
(1997) *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- FURTADO, Celso.
(1979) *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional.
- GOMES, Angela de Castro
(1996) *História e Historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- GINZBURG, Carlo
(2003) Fragmento de “Tu país te necessita: un estudio de caso en la iconografía política”. Publicado en *History Workshop Journal*, 2001. Trad. de José E. Burucúa, Clarín, 12 de Julho.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins
(2002) “Cidadania e Exclusão social: a história dos soldados da borracha em questão”, In: *Trajetos*, nº 2, vol 1.
- LENHARO, Alcir
(1986) *Sacralização da política*. São Paulo, Papyrus.
- LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira
(1999) *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Campus.
- MOLES, Abraham
(1974) *O Cartaz*. São Paulo: Perspectiva.
- MOOG, Vianna
(1978) *Bandeirantes e Pioneiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- REIS, João & Aguiar, Márcia
(1996) “‘Carne sem osso e farinha sem caroço’: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia”. *Revista de História*, nº 135, 2º semestre.
- RICARDO, Cassiano
(1970) *Marcha para oeste. (A influência da bandeira na formação social e política do Brasil)*. Rio de Janeiro, Editora da USP/Livraria José Olympio Editora, Vol. 2.
- SALES, Herberto
(1945) “Erros que a marcha para o Oeste reparará”. *Cultura Política*, Ano V, nº 53.
- SECRETO, María Verónica
(2003) “Ceará, a fábrica de trabalhadores: Emigração subsidiada no final do Século XIX”. *Trajetos*, nº 4, (no prelo).
- SODRÉ, Nelson Werneck
(1942) Fronteira Móvel (à margem do pensamento do Presidente Getúlio Vargas). *Cultura Política*, Ano II, nº 18.
- VIANA, Christiane
(2003) “A saga dos soldados da borracha” in: *Universidade Pública*, Ano III, nº 17, jun/jul.
- VIDAL, Ademar
(1943) “Os movimentos nordestinos de emigração”, *Cultura Política*, Ano III, nº 23.